

# Refluxo conservador e tensões regressivas na América Latina: os governos “progressistas” em seu labirinto\*

Franck Gaudichaud\*\*

**Resumo:**

O subcontinente latino-americano entrou, inegavelmente, em um novo período político há alguns anos, particularmente após a morte de Hugo Chávez em março de 2013, quando se multiplicaram os governos de direita ou extrema direita (como no Brasil). Para além da discussão sobre o “fim de ciclo”, convém fazer balanços críticos das experiências ditas “progressistas” e nacional-populares num contexto de crise e refluxo conservador.

**Palavras-chave:** América Latina; Bolivarianismo; Progressismos; Extrativismo.

## Conservative Reflux and Regressive Tensions in Latin America: The “Progressive” Governments in their Labyrinth

**Abstract:**

The Latin American subcontinent undeniably entered a new political period a few years ago, especially after the death of Hugo Chávez in March 2013, when governments of the right or extreme right (as in Brazil) began to multiply. Moving beyond the discussion of the “end of the cycle,” it makes sense to critically evaluate the so-called “progressive” and national-popular experiences in a context of crisis and conservative reflux.

**Keywords:** Latin America; Bolivarianism; types of progressivism; extractivism.

O subcontinente latino-americano inegavelmente entrou em novo período político há alguns anos, principalmente depois da morte de Hugo Chávez em março de 2013 (e sua substituição por Nicolás Maduro); a derrota do kirchnerismo nas eleições presidenciais na Argentina, em novembro de 2015; um mês depois, a ampla vitória da oposição na Venezuela nas eleições legislativas, em seguida, o golpe de Estado institucional contra a Presidenta Dilma Rousseff no Brasil,

---

\* Este texto é uma versão adaptada para a revista Lutas Sociais de alguns elementos do ensaio *Fin de partie. Les progressismes latino-américains dans l’impasse (1998-2019)*, em coautoria com Massimo Modonesi e Jeff Webber. Traduzido por Jair Pinheiro. Revisão de Célia Motta.

\*\* Doutor em Ciência Política, professor de História e Civilização da América Latina Contemporânea na Universidade Toulouse 2, França. End. eletrônico: fgaudichaud@gmail.com

em agosto de 2016, seguida da derrota do seu partido (PT) nas eleições municipais do mesmo ano; a derrota de Evo Morales no referendo para sua possível reeleição na Bolívia (fevereiro de 2016). Alguns autores, após ter descrito um “giro à esquerda” (*pink tide*) nos anos 2000, igualmente evocam doravante um “giro conservador” das Américas, nas pegadas do Presidente Trump nos Estados Unidos. Entretanto, seria mais preciso descrever como uma clara inflexão sócio-política, mas com contornos heterogêneos e muito diferenciada conforme os contextos nacionais, confirmada pela amplitude da crise sem fim do processo bolivariano na Venezuela, pela eleição do ex-militar de extrema-direita Jair Bolsonaro no Brasil (outubro de 2018) ou, ainda anteriormente, com a vitória do empresário multimilionário Sebastian Piñera no Chile (março de 2018). Este cenário eleitoral regressivo traduz uma clara deterioração das relações de forças sociais em toda a região em favor das classes dominantes, dos autoritarismos de todo lado, das correntes religiosas e ideológicas reacionárias e o sufocamento – até a decomposição, conforme os países – das estratégias ditas “progressistas” de governos, nacional-populares ou “populistas de esquerda”. Isso indica mais amplamente o impasse das orientações neodesenvolvimentistas do ciclo precedente (1999-2013). Os líderes progressistas prometeram às classes populares sair do impasse neoliberal, lutando contra as desigualdades e democratizando os sistemas políticos. O balanço hoje é mais mitigado. Esses reveses e refluxos lançam raízes, em parte, no modelo econômico rentista e extrativista herdado e assumido pelos diversos progressismos e “esquerdas de governo” das últimas décadas. Um modelo profundamente impactado pela conjuntura recessiva do capitalismo mundial, tirando dos Executivos o maná de que dispunham para financiar suas políticas sociais (essencialmente assistencialistas) durante o período de “boom” do preço das matérias primas (Svampa, 2011). Impacto ainda maior na falta de uma transformação de fundo nas relações sociais de produção e de distribuição, de modo que o poder econômico, cultural e midiático das oligarquias permaneceu amplamente intacto e, mesmo sob vários aspectos, reforçados, particularmente no setor financeiro e agroindustrial. O grande capital e alguns setores das burguesias locais souberam tirar proveito da “idade do ouro” progressista.

Esta proximidade ou esse “pacto” com uma ou várias frações das camadas dirigentes conheceu, certamente, ao longo dos anos riscos e diferenças evidentes conforme a nação. Mas pode-se constatar um fenômeno comum: uma separação cada vez maior entre os partidos presidenciais e o resto da sociedade, num processo clássico de oligopolização estudado, em seu tempo, por Robert Mitchels a propósito da social-democracia europeia (Mitchels, 1914), e o nascimento de uma tecnoburocracia cada vez mais assimilada aos círculos do poder econômico e das elites em sentido amplo. Isto, combinado com um “hiperpresidencialismo” invasivo e uma forte oratória dos líderes, cuja presença carismática sobredetermina

várias decisões e orientações nacionais. Parece que por estar à frente do aparelho de Estado (mesmo reformado por novas Constituições) e de considerar todos os problemas do país sob o prisma deste, é o poder que deteriorou amplamente as ações, políticas públicas e visões de mundo de dirigentes saídos das esquerdas “históricas” e parlamentares (no Brasil, no Uruguai e no Chile) ou novas forças nacional-populares e plebeias, em parte, paridas pelas grandes mobilizações coletivas dos anos 1990-2000 (como na Bolívia, no Equador e na Venezuela).

Vê-se, assim, máquinas eleitorais como o PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela, criado em 2007) tornar-se imensos aparelhos burocráticos, dotados de milhões de adeptos, mas governados um punhado de ministros e parentes do Presidente, sem nenhuma democracia interna, nomeando “desde cima” os candidatos locais às eleições e afastando todo dissidente oriundo do chavismo crítico. Esta nova oligarquia produz de maneira *sui generis* uma casta, às vezes em conflito com outros setores “históricos” da burguesia. Na Venezuela, esta “boliburguesia” (“lumpenburguesia”, para outros) começou a aproveitar-se do controle da renda petrolreira e das múltiplas atividades conexas em torno da economia dos hidrocarburos e da siderurgia, incluído o controle das divisas estrangeiras a partir de 2003 (Guillaudat, 2019). Os múltiplos casos de corrupção ligados a isto, se acentuaram sob Maduro, quando a dívida externa explodia, o preço do petróleo despencava e a oposição da Mesa de Unidade Democrática (MUD) buscava desestabilizar violentamente o Executivo, com o apoio ativo de Donald Trump (Guillaudat, 2018).

Novas castas no poder são igualmente desenvolvidas por outros países. Huascar Salazar Lohman mostra a reconstituição de um capitalismo de Estado e as novas formas de dominação através do MAS na Bolívia, contra as forças comunitárias anti-neoliberais (Salazar, 2015). No que se refere à Nicarágua de Daniel Ortega, a constatação é ainda mais cruel. Assiste-se aí à constituição progressiva de uma verdadeira “máfia” sob o talhe do casal presidencial e de uma parte de sua família, que controla vários conglomerados empresariais, quase a metade da mídia e tendo domínio total sobre os três poderes do Estado (Dutermé, 2018). Em abril-maio de 2018, a repressão às mobilizações e motins de oposição à contrarreforma do sistema previdenciário à beira da bancarrota somaram mais de 135 mortos, e os órgãos de defesa dos direitos humanos falam de mais de 550 vítimas, a maior parte vitimada pelas forças policiais ou pelos grupos paramilitares da juventude sandinista. Os partidários do regime invocam a mão negra dos estados Unidos e uma “Revolução Colorida” teleguiada do estrangeiro para explicar uma desestabilização em curso, negando o amplo autoritarismo repressivo efetivamente no poder<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> É o caso, por exemplo, na França do jornalista Maurice Lemoine no portal *Memórias das Lutas*.

## A centralidade da experiência brasileira

Talvez seja no Brasil que se pode descrever a versão mais estável e institucional da fusão entre os quadros ligados ao PT, à CUT (principal central sindical) com o campo da finança. Neste caso, o PT no poder não só incorporou dezenas de milhares de militantes às funções políticas do aparelho do Estado<sup>2</sup>; este partido de sindicalistas, originados das lutas contra a ditadura, a partir de então recebe milhões de dólares de grandes grupos capitalistas do país para financiar suas campanhas e alimentar seu caixa (como os demais partidos, aliás). Em 2010, ele é o primeiro da lista (com 15 milhões de dólares) no que se refere às doações das empresas da construção civil aos partidos políticos, como as gigantes “multilatinas”<sup>3</sup>, como OAS ou Odebrecht. Essas empresas são as mesmas que estão no centro dos imensos escândalos de corrupção ligadas à gigante empresa semi-pública Petrobras, e não só no Brasil, mas em toda a América Latina, levando à condenação de antigo presidente da República, ministros, altos funcionários e empresários em todo o hemisfério... Escândalos que respingam no PT em vários níveis, particularmente no quadro da Lava-Jato, investigação tentacular habilmente instrumentalizada pela direita para destruir o partido de Lula (embora seus dirigentes estejam ainda mais profundamente implicados nesta corrupção em massa que o PT, até então). O PT e seu principal aliado, a CUT, constituem há 20 anos uma verdadeira casta sindical que coadministra com o patronato os fundos de pensão (estatais e privados) de todo o país, entre as mais importantes entidades financeiras da América Latina, manipulando várias dezenas de milhares de dólares anuais, apresentados pelo PT como uma excelente ferramenta “complementar” às magras aposentadorias dos trabalhadores, mas também considerados pelo próprio Lula como instrumento de desenvolvimento econômico “a priorizar” (Chávez, 2009; Zobechi, 2013). Uma das consequências constatadas, na medida deste alargamento da elite no poder, é o fortalecimento de uma estrutura sindical cada vez mais dependente das prebendas do Estado. Pode-se mesmo falar de um modelo “PT-CUTista” de integração e desmobilização-despolitização das lutas dos trabalhadores (Boito, Galvão, 2008; Boito, Galvão, Marcelino, 2015). Este cenário foi qualificado como o “neoliberalismo perfeito” (Cintra; Herrera, 2014), pois combina políticas favoráveis ao capital local e global, tende a controlar a atividade sindical da classe operária, ao criar uma base (ou clientela) eleitoral muito sólida entre as próprias das principais vítimas do capitalismo. Isto também é o que afirmam os principais conselheiros de primeira grandeza de Lula, tal como André Singer, que descreve, com alguma acidez, como “pacto conservador que

---

<sup>2</sup> Existem no Brasil mais de 80.000 cargos políticos, dos quais, 47.000 são nomeados diretamente pelo poder presidencial.

<sup>3</sup> Empresas multinacionais formadas por capital 100% latino-americano, majoritariamente brasileiras.

lembra, em parte, o período populista de Getúlio Vargas, um projeto gestado em torno da personalização do poder, da conciliação de classe, do nacionalismo e da integração das camadas populares via acesso ao consumo de massa, ao mercado (Singer, 2012; Singer, Loureiro, 2016). Um projeto que multiplica as alianças com a direita e se inclina mais para o conservadorismo com a eleição de Dilma Rousseff, que se propôs governar com os inimigos de ontem, a saber, a centro-direita (PMDB – *Partido do Movimento Democrático Brasileiro*), os notáveis locais, os representantes do setor bancário sobre a base de um projeto austeritário.

### O “pós-neoliberalismo” em impasse e o desmoronamento bolivariano

Assim, o pós-neoliberalismo frequentemente parece continuidade das lógicas herdadas do período anterior, os custos políticos da mudança de trajetória supostamente muito elevados, o que os politólogos chamaram “*path dependence*”, são os caminhos do produtivismo, da dívida externa, da desregulação financeira e das mudanças pelo auto “na medida do possível”, que voltam a galope e explicam as metamorfoses dos discursos dos “intelectuais de gabinete”<sup>4</sup>. Certamente, para explicar os recuos, as contradições, as tensões, os dirigentes ressaltaram os imensos obstáculos a superar pelas economias dependentes, o peso das inércias econômicas, culturais e institucionais, as “tensões criativas” (García Linera) a domar<sup>5</sup>, a potência da ofensiva imperialista, até mesmo – conforme as palavras de Rafael Correa – a “tempestade perfeita” a enfrentar que, no caso do Equador, pôde combinar os fatores externos muito poderosos da crise mundial, as fragilidades de uma economia dolarizada, a queda do preço dos hidrocarburos com o violento terremoto de abril de 2016. Mesmo assim, as manobras do “ogro imperialista” ou os caprichos da economia capitalista mundial podem apenas ocultar o refluxo da hegemonia progressista e os avanços rápidos das direitas se alimentam (em primeiro lugar?) dos recuos, das involuções e metamorfoses conservadoras das esquerdas e progressismos de governo. Um debate necessário e frequentemente escamoteado no interior do campo militante, reclama do “populismo de esquerda”.

Não detalharemos aqui a história – bem conhecida – do golpe de Estado parlamentar contra Dilma Rousseff no Brasil, a vitória da “nova direita” *new-look* de Macri nas eleições presidenciais argentinas ou ainda o crescimento eleitoral da MUD nos bairros populares históricos do chavismo em Caracas. É certo que esta ofensiva pretende utilizar todos os espaços deixados ou abandonados pelos pro-

---

<sup>4</sup> Cf. Machado, Zibechi (2016) ou uma abordagem plural do mesmo fenômeno em Szalkowicz Solana (2018).

<sup>5</sup> Para uma crítica da visão de revolução de García Linera, autor essencial dos progressismos da região, Schavelzon (2018).

gressismos para reconquistar, violentamente e/ou eleitoralmente, gradualmente ou bruscamente, a direção do Estado. Não que as classes dominantes tenham sido maltratadas em seus interesses fundamentais durante a era de ouro progressista, antes o contrário. Isto importa pouco, esta oligarquia sempre considerou que a experiência nacional-popular ou de centro-esquerda seria apenas um parêntese, o mais curta possível, pois ela considera que o Estado republicano é seu há dois séculos, uma criatura a seu serviço e sob seu controle exclusivo, sob suas formas autoritárias, cívico-militares ou democrático-liberal. Assim, a chegada aos “negócios” de diversos líderes carismáticos, de antigos sindicalistas, mulheres progressistas, teólogos da libertação ou presidentes indígenas e seus adeptos foi vista como uma heresia, uma ofensa que deveria, a qualquer custo, ser acusada. Assim, este “fim de ciclo” é o dos golpes de Estado ditos “institucionais”, apoiados mais ou menos diretamente por Washington, primeiramente nos elos débeis do progressismo regional: contra o liberal Zelaya em Honduras em 2009, contra o presidente Lugo no Paraguai em 2012, depois – uma vez consumadas suas vitórias – num país central da geopolítica mundial, o Brasil. Como observa Michael Löwy, este atentado contra a democracia brasileira, que representou a destituição de Dilma Rousseff, é profundamente reacionário, surgido do passado mais sombrio do país:

(...) um caso tragicômico, no qual se vê uma claqué de parlamentares reacionários, notoriamente corruptos, destituir uma Presidenta democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de “irregularidades contábeis”. O principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como “os três B”: “bala” – deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e a outras milícias privadas; “Boi” – os grandes proprietários fundiários criadores de gado; e “Bíblia” – os neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos. Entre os partidários mais entusiastas da destituição de Dilma se distingue o deputado Jair Bolsonaro, que dedicou seu voto aos oficiais da ditadura militar e, nomeadamente, ao Coronel Ustra, torturador notório. Entre as vítimas de Ustra, Dilma Rousseff... (Löwy, 2016).

A judicialização da política ou a politização da justiça (*lawfare*), tendo à frente o juiz Moro (nomeado Ministro da Justiça por Bolsonaro) para barrar uma nova candidatura de Lula em 2018 se inscreve neste caminho. Não há dúvida de que a prisão de Lula significou uma nova ruptura legal, assim como uma perseguição judicial de grande envergadura, com o fim claro de tirar do jogo o candidato mais popular do país:

De fato, o caso de Lula comporta um aspecto singular: põe em evidência tentativas do poder judiciário de influir nas eleições de 2018. À destituição da Presidenta eleita sucedeu a suspensão arbitrária dos direitos políticos do presidente anterior e possível candidato. Utilizar a privação dos direitos políticos para neutralizar

seus adversários é uma atitude típica dos regimes autoritários. A operação Lava-Jato é um labirinto construído sobre diversos interesses – alguns legítimos e republicanos, outros nem tanto – que repousa sobre prisões sem julgamento, delações recompensadas por remissão de pena (*delações premiadas*) e mobilização sem precedente da opinião pública pelo poder judiciário (Quinalha, 2018).

Ainda assim, posto em perspectiva, parece que são as alianças “contra natureza” e as escolhas austeritárias do PT do último período que se voltaram contra ele violentamente: Michel Temer, presidente em exercício, que justificou o golpe de Estado parlamentar contra Dilma e a prisão de Lula, sendo nada menos que ex-vice presidente de Dilma.

Segundo Claudio Katz, a diferença essencial entre a atitude do PT face ao brusco retorno da direita e a de Nicolás Maduro na Venezuela seria que este último escolhera resistir aos ventos e à maré, enquanto o lulismo entregara armas e bagagem antes da batalha decisiva<sup>6</sup>. Ainda assim, nos parece necessário descartar as falsas aparências ou, antes, decifrar qual poderia ser o nome dessa “resistência” de Maduro e em que ela parece muito longe de uma perspectiva realmente emancipatória.

Efetivamente, pode-se apenas constatar que, desde 2014, os setores “duros” da oposição venezuelana, com apoio aberto da CIA e de vários organismos oficialmente não governamentais, desencadearam uma onda de violência destinada a derrubar Maduro, tendo à frente das “*guarimbas*” (barricadas e barreiras) dirigentes como Leopoldo López e Antonio Ledezma. Uma estratégia de “La Salida”, chegando à morte de 43 pessoas e mais de 800 feridos, que lembra novamente a responsabilidade da direita radical venezuelana na tentativa de golpe de Estado em 2002. Uma violência de rua que retomou mais intensa em 2017 e provocou um endurecimento autoritário do poder, de manifestações e contra-manifestações, de repressão do Estado e ações de grupos de choque da direita, desfiles armados de diversos “coletivos” de motoqueiros chavistas contra apelos à intervenção militar dos Estados Unidos por diferentes atores à escolha da direita mundial. Em janeiro de 2019, a autoproclamação como “Presidente legítimo”, de Juan Guaidó, jovem dirigente do Partido Voluntad Popular, presidente da Assembleia Nacional, ativamente apoiado por Trump, vários países latino-americanos do Grupo de Lima e vários diplomatas europeus pareceu abrir uma nova etapa na crise, sem com isso tirar o país do impasse. As sanções econômicas e diplomáticas (iniciadas por Obama) e os bloqueios criminosos decidido por Washington desde 2017 arruinam cada vez mais o país rumo ao desmoronamento, à penúria, à hi-

---

<sup>6</sup> Ver conferência realizada em Madrid em Katz (2017).

perinflação e à destruição dos serviços públicos. Sublinhamos que, desde então, mais de três milhões de pessoas<sup>7</sup> deixaram o país, das quais, 800.000 foram para a vizinha Colômbia, um exílio antes de tudo econômico em que se encontram principalmente pessoas das classes pobres e médias.

Assim, a situação venezuelana é produto de uma polarização violenta sem alternativa, de tentativas permanentes de desestabilização externas, de uma oposição hostil à emergência plebeia do chavismo, mas também – fato central – de uma fuga em direção ao autoritarismo do governo e de uma gestão calamitosa dos recursos nacionais. A corrupção generalizada e a falta de diversificação produtiva num contexto de decomposição econômica quase total são os fatores essenciais da penúria em massa, da hiperinflação em quatro dígitos e da crise do sistema de saúde. Os importantes avanços da era Chávez se tornam, a partir de então, imagem do passado, desde 2015 três quartos da população vive na pobreza. O processo que encarnava o espírito do “socialismo do século XXI” aos olhos de milhões de pessoas não é mais que a própria sombra, mesmo se a dignidade de um povo em favor da soberania pareça constituir uma base sólida do “chavismo popular”<sup>8</sup>. Antes de priorizar a indústria nacional – pública ou privada – o governo preferiu responder às diversas carências à golpe de importações massivas. Por exemplo, o setor público aumentou suas importações em 1.033% entre 2003 e 2013, com crescimento anual que atingiu 51% em 2007, no lugar de investir na criação das próprias empresas (Sutherland, 2018).

Esta conjuntura crítica explica também até que ponto intelectuais e militantes de esquerda continuam a se opor ao processo bolivariano. A tradução desta polarização se cristalizou em torno de dois apelos internacionais muito alardeados. Primeiro, em maio de 2017, o “Apelo internacional urgente para deter a escalada da violência: ver a Venezuela para além da polarização”, que denuncia a concentração dos poderes e o desrespeito à Constituição da 1999 por Maduro e afirma: “Não cremos, como afirmam alguns setores da esquerda latino-americana que se trata, hoje, de defender um governo popular anti-imperialista. Este apoio incondicional de alguns ativistas e intelectuais não apenas revela uma cegueira ideológica, mas é prejudicial, pois lamentavelmente contribui para a consolidação de um regime autoritário”. Resposta da “Rede de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade” REDH, intitulada “Quem acusará os acusadores?” em

---

<sup>7</sup> 3,4 milhões, em fevereiro de 2019, segundo as cifras das agências ACNUR e OIM da ONU. Disponível em <https://news.un.org/es/story/2019/02/1451741>

<sup>8</sup> Para um primeiro balanço da crise venezuelana, conforme opiniões diversas, ver Chávez, Ouviaña, Thwaites (2017).

<sup>9</sup> 30 de maio de 2017, disponível em [http://llamadointernacionalvenezuela.blogspot.fr/2017/05/llamado-internacional-urgente-detener\\_30.html](http://llamadointernacionalvenezuela.blogspot.fr/2017/05/llamado-internacional-urgente-detener_30.html)

que um dos argumentos centrais é afirmar que a crise venezuelana seria, antes de tudo, produto de uma agressão imperialista, de uma insurreição da direita neoliberal, assim como de uma guerra econômica. Estes insistem também no fato de que estamos num contexto regional de retorno da direita e que isto obriga a esquerda a cerrar fileiras junto ao governo, deixando de lado as “contradições secundárias” (Rivera, 2017). Para o sociólogo crítico Edgardo Lander (2016), sem negar a amplitude das veleidades desestabilizadoras externas, o retorno do argumento das “contradições secundárias e das nefastas lógicas ‘binárias’, muito utilizadas nos tempos do stalinismo e da guerra fria, mostra uma tendência regressiva acelerada”. Sobretudo num momento em que a Assembleia constituinte é utilizada como avatar do Executivo, após neutralizar a Assembleia nacional, ganha pela oposição nas urnas em 2015 por ampla maioria, demonstrando declínio de Maduro nas camadas populares:

A partir de fevereiro de 2016, o presidente começa a governar graças a um Estado de exceção – a urgência econômica – violando expressamente as condições e os limites fixados na Constituição de 1999; assumindo atribuições que, segundo a Constituição, incumbe ao povo soberano, Maduro convoca uma Assembleia nacional constituinte e mecanismos eleitorais destinados a garantir o controle total desta assembleia. Uma Assembleia nacional constituinte de uma só cor é eleita, com 545 membros, todos identificados com o governo. Uma vez instalada, esta Assembleia se autoproclama supraconstitucional e plenipotenciária. A maioria das suas decisões são adotadas por aclamação ou por unanimidade, sem nenhum debate (Gaudichaud, Lander, Lang, 2018).

Tal ruptura da ordem constitucional, armada ainda sob Chávez, é o último avatar de um processo sem fôlego, sem que por isso a tática do desmoroamento de Trump, até agora, pudesse vencer as resistências internas.

### **Diversidade das experiências em curso**

O fim de ciclo ou o refluxo, no entanto, nem sempre tomou um rumo tão radical ou definitivo como no Brasil ou na Venezuela. Em vários países, antes se assiste a um resiliência progressista ou a uma estabilização social-liberal “moderada” (Uruguai). Em outros, constata-se uma alternância eleitoral desaguando em uma vigorosa ofensiva neoliberal (Argentina e Chile) ou, ainda, um nacionalismo-popular “continuado”, mas de maneira “degradada” (Bolívia), ou mesmo claramente regressivo. No Equador, a vitória do sucessor de Rafael Correa, Lenin Moreno, deságua numa guerra entre chefes no interior da Aliança País (o movimento de apoio ao presidente) e de acusações fratricidas tendentes a dilapidar a herança pós-neoliberal (segundo os partidários de Rafael Correa) e, de outro lado, o autoritarismo, a corrupção e a ineficácia burocrática de Correa

(para os adeptos de Moreno). Segundo Franklin Ramirez, ao acenar com apaziguamento para a CONAIE<sup>10</sup> e alguns movimentos, enquanto amarrava alianças com magnatas de mídia e do grande patronato, Moreno procurava “ornamentar” a política nacional sob uma perspectiva de normalização e “pacificação pós-populista” que confirmaria, sobretudo, o esgotamento da retórica populista anterior (Ramirez, 2018). Entretanto, parece que esse distanciamento de Correa corresponde a distanciar-se da perspectiva de transformação social que animava em seus primórdios a Aliança País. A agenda de Moreno (por exemplo, no que se refere ao código trabalhista), a partir de então, parece fixada por um giro pró-mercado, ditado pelas elites empresariais (de Guaiacquil, em particular) e incorporada por uma equipe de ministros muito devotos do livre cambismo do que de admiradores de Marx (Cajas, 2008). A reaproximação com os Estados Unidos também teve como consequência “sacrificar” vilmente a Julian Assange. Na Bolívia, após perder o referendun sobre uma possível reeleição, Evo Morales não se embaraça com as aparências e obtém autorização do tribunal constitucional para se apresentar a um quarto mandato, apesar de tudo.

É verdade que em toda a região, à semelhança do que se passa no plano mundial, o Estado autoritário, até mesmo o Estado de exceção, parece se fortalecer, se normalizar e se constitucionalizar. É evidente que o retorno da direita confirma a permanência da sua grande influência política, sua grande capacidade de se adaptar e de se utilizar das várias debilidades da esquerda, assim como de ocupar as ruas para manifestações de massa durante dias. Esta reconquista da direita também é das Igrejas conservadoras, evangélicas particularmente, doravante capazes de conquistar governos locais (caso do Rio de Janeiro) ou de construir e desconstruir governos. Esses movimentos religiosos se tornaram, em vários territórios, as únicas “organizações de massas” inseridas na sociedade civil, suas correntes mais reacionárias são adversárias encarniçadas de toda visão emancipatória, pelo menos no longo prazo (Oualalou, 2018). O giro à direita é também o retorno do neoliberalismo “de combate” ou reacionário, no Brasil de Bolsonaro ou na Argentina de Macri particularmente, também sua face repressiva: o assassinato de militante brasileira Marielle Franco, afro-lesbo-feminista, em março de 2018, representou esta repressão que atinge milhares de militantes. Isto no memento que países como México e Colômbia cada vez mais se afundam na barbárie, contam todos os anos milhares de mortes entre líderes sociais, sindicalistas, ex-guerrilheiros e entre moradores de bairros populares ou do campo. A recente eleição do candidato de centro-esquerda Manuel López Obrador, no México, não deteve nem por um instante esta tendência e, dificilmente, as ambiguidades

---

<sup>10</sup> Confederação das Nações Indígenas do Equador (N.T.)

de seu programa poderão detê-la. Em todo caso, essa é opinião do movimento zapatista e de uma parte da esquerda radical mexicana, que enfrenta seus projetos desenvolvimentistas ou a nova militarização de Chiapas.

O descontentamento popular ou a decepção crescente face aos progressismos se traduzem, entretanto, em recrudescimento das lutas, da ação coletiva e de alguma reativação do repertório de mobilização e, às vezes, em aparecimento de uma nova geração de ativistas, nascidos no fim dos anos 90, de algum modo “filhas e filhos do giro progressista”. Os exemplos são muitos, os atores também: camponeses, juventude urbana, sindicalistas, estudantes e trabalhadores, mulheres, indígenas etc. Encontra-se essa pluralidade plebeia multicolorida mobilizada no fim dos anos 90. Poderia citar a revitalização crescente do sindicalismo no Chile, inclusive sua polarização, malgrado as condições de precarização extrema. Evidentemente, deve-se destacar a força renovada do movimento feminista, radical e dinâmico, popular e massivo, claramente internacional, com o lema “Nem uma a menos”; um movimento que se inicia na Argentina, em 2015, contra o feminicídio, o patriarcado e a violência contra a mulher, reunindo centenas de milhares de manifestantes. Em seguida, se estendeu por toda a América Latina e muito além. A “revolução feminista” de maio-junho de 2018 e do 8 de março de 2019 no Chile, com ocupação de mais de 20 universidades e várias semanas de mobilização da juventude contra a violência de gênero e pela igualdade mostram que se trata de um movimento de base. No Brasil essas novas resistências se traduzem – entre outros – na força crescente de organizações como o *Movimento dos Trabalhadores Sem Teto* (MTST), que protesta contra os problemas de acesso à habitação, no estado de São Paulo, principalmente, ou ainda como o MAB, o Movimento dos Atingidos por Barragem.

No geral, a era de “fim de ciclo”, como está, não beneficia automaticamente – muito ao contrário – a esquerda anticapitalista ou revolucionária, cujas forças se revelam franca minoria, dispersas, dogmáticas ou pouco críveis para representar uma alternativa concreta de poder em escala massiva, tanto mais em uma situação na qual a incorporação “populista” das classes populares se realiza, no mais das vezes, de maneira assistencialista e pela extensão do acesso ao crédito, ao consumo, ao mercado, no lugar da politização, da construção de uma consciência de classe e de organização comunitária autônoma e autogestionária. A experiência da FIT (*Frente de Izquierda y de los Trabajadores*), coalizão eleitoral da esquerda trotskista argentina, embora inovadora e com audiência nacional, não pôde questionar a hegemonia do kirchnerismo em grande parte do movimento operário e das camadas populares. A mesma coisa no Brasil quanto ao PSOL (*Partido Socialismo e Liberdade*) frente ao lulismo.

## **À procura de alternativas radicais e democráticas**

Para concluir, mesmo que se esteja face ao retorno mais ou menos violento das direitas pró-imperialistas ou a um refluxo regressivo “endógeno” do impulso progressista ou “populista de esquerda”, a chave do período pode bem ser, novamente, buscar “embaixo à esquerda” e no interior dos movimentos sociais antagônicos por qualquer perspectiva que busque superar os limites e contradições do ciclo anterior, sem se alinhar às forças conservadoras, neoliberais e oligárquicas. O retorno das resistências das classes populares, dos povos indígenas e dos trabalhadores, com agenda própria, requer possíveis recomposições rápidas das lutas de classes.

Em nossa opinião, ao contrário das interpretações decorrentes do “populismo de esquerda” inspiradas em Ernesto Laclau (2005), continua necessário ultrapassar uma visão centrada no Estado do processo de transformação, hiperdependente da figura do líder caudilho, demasiado impregnada da tradição presidencialista dos regimes políticos latino-americanos. Em lugar de elogiar o populismo, trata-se de reatar com as capacidades de auto-organização e de autogestão dos movimentos populares e de priorizar a problemática emancipatória dos antagonismos sociais de classe, de raça, de gênero, com uma visada ecossocialista democrática.

Se o otimismo da vontade nos permite pensar que as políticas de emancipação de “Nossa América” estão em construção e reelaboração permanentes, e os caminhos de um anticapitalismo democrático, ecossocial, feminista e internacionalista continuam abertos, o pessimismo da razão obriga a constatar a amplitude do desencantamento do mundo atual, assim como as dificuldades para elaborar alternativas concretas e “duráveis”. O eclipse do período aberto no fim dos anos 90 é cheio de perigos e, ao mesmo tempo, de potencialidades se se tira lições críticas das experiências recentes, enfrentando de maneira resoluta o neoliberalismo e as extremas direitas em pleno desenvolvimento, na rua e nas urnas, nos movimentos e nos espaços instituídos. Face à corrupção generalizada, aos autoritarismos, à política politiqueira, ao mal-desenvolvimento, ao mal-viver, ao patriarcado, à destruição dos ecossistemas, certamente é difícil construir as saídas do “labirinto capitalista”, entretanto, indispensáveis (Acosta; Ulrich, 2017). A humanidade se encontra no dever de assumir a obrigação histórica de, doravante, não mais pensar em termos de “pós-neoliberalismo”: o fim do ciclo latino-americano atual se inscreve amplamente na crise global da civilização capitalista e das condições de reprodução da vida na terra, nos obrigando a repensar radicalmente, “à raiz” portanto, uma sociedade dos comuns e do “bem-viver” (Löwy, 2011; Riechmann, 2012; Baschet, 2014), não só contra a ordem dominante, mas a serviço das futuras gerações humanas.

## Referências

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Salidas del laberinto capitalista. Decrecimiento y Postextractivismo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2017.
- BASCHET, Jérôme. *Adieux au capitalisme. Autonomie, société du bien vivre et multiplicité des mondes*. Paris : La Découverte, 2014.
- BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.
- BOITO Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. La nouvelle phase du syndicalisme brésilien (2003-2013). *Cahiers des Amériques latines*, Paris, n. 80, 2015.
- CAJAS Guijarro John. ¿Hacia dónde va el Ecuador de Lenin Moreno? Entre una crisis persistente y un nuevo neoliberalismo?”. *Nueva Sociedad*, junio 2008. Disponível em <http://nuso.org/articulo/hacia-donde-va-ecuador-lenin-moreno/>. Acesso em 02 Mar. 2018.
- CHAVEZ, Daniel; OUVIÑA, Hernán; THWAITES, Rey Mabel (orgs.). *Venezuela: Lecturas urgentes desde el Sur*, Buenos Aires, CLACSO: TNI, 2017. Disponível em <https://www.tni.org/files/publication-downloads/venezuela-sur.pdf>. Acesso em 21 Mai. 2018.
- CHAVEZ, Maria Jardim. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. Annablume/Fapesp : São Paulo, 2009.
- CINTRA, Francisco Cunha Lima; HERRERA, Rémy. De Lula à Dilma, quel développement pour le Brésil ? O menor dos males? *Marché et organisations*, vol 1, n. 20, 2014. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-marche-et-organisations-2014-1-page-183.htm>. Acesso em 21 Mai. 2018.
- DUTERME, Bernard. *Toujours sandiniste, le Nicaragua?* Bruxelles: Couleur Livres, 2018.
- GAUDICHAUD, Franck; MODONESI, Massimo; WEBBER, Jeff (orgs.). *Fin de partie. Les progressismes latino-américains dans l'impasse (1998-2019)*. Paris: Syllepse, 2019.
- GAUDICHAUD, Franck; LANDER, Edgardo; Lang, Miriam. América latina: fin d'un âge d'or? Progressismes, post-néolibéralisme et émancipation radicale. *ContreTemps*, en ligne, 17 Abr. 2018. Disponível em <https://www.contretemps.eu/amerique-latine-progressismes-neoliberalisme-emancipation/> Acesso em 21 Mai 2018.
- GUILLAUDAT, Patrick. Qui gouverne le Venezuela, Caste ou Bolibourgeoisie? *ContreTemps*, 29 mai. 2019. Disponível em <https://www.contretemps.eu/venezuela-caste-bolibourgeoisie>. Acesso em 30 Mai. 2019.

- \_\_\_\_\_. Vers un thermidor au Venezuela? *ContreTemps*, 16 Jan. 2018. Disponível em <https://www.contretemps.eu/thermidor-venezuela-maduro/>. Acesso em 30 Mai. 2019.
- KATZ, Claudio. ¿Qué pasa en Venezuela? 13 Jul. 2017, *Plaza de los Comunes*, <https://www.youtube.com/watch?v=49znMBBsUdo>. Acesso em 02 Mar. 2019.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. México: FCE, 2005.
- LANDER, Edgardo. *La implosión de la Venezuela rentista*, TNI, 2016. Disponível em [www.tni.org/es/publicacion/la-implosion-de-la-venezuela-rentista](http://www.tni.org/es/publicacion/la-implosion-de-la-venezuela-rentista). Acesso em 02 Mar. 2019.
- LÖWY, Michael. Brésil. Le coup d'Etat. *Mediapart*, 14 mai 2016. Disponível em <https://blogs.mediapart.fr/michael-lowy/blog/140516/bresil-le-coup-detat>. Acesso em 02 Mar. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Écosocialisme. L'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris: Mille et une nuits, 2011.
- MACHADO, Decio; ZIBECCHI, Raúl. *Cambiar el mundo desde arriba*. Los límites del progresismo. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2016.
- MICHELS, Robert. *Les partis politiques, essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*. Paris: Flammarion, Bibliothèque de philosophie scientifique, 1914.
- OUALALOU Lamia. *Jésus t'aime ! La déferlante évangélique*. Paris: Cerf, 2018.
- QUINALHA Renan. L'érosion de l'État de droit au Brésil: de l'impeachment de Dilma à l'emprisonnement de Lula. *Brésil(s)*, n.1, 2018. Disponível em <http://journals.openedition.org/bresils/2608>. Acesso em 02 Mar. 2019.
- RAMÍREZ, Franklin. El 4 de febrero y la descorreización de Ecuador. *Nueva Sociedad*, Jan. 2018. Disponível em <http://nuso.org/articulo/el-4-de-febrero-y-la-descorreizacion-de-ecuador-ramirez>. Acesso em 02 Mar. 2019.
- RIVARA, Lautaro. ¿Quién acusará a los acusadores? Respuesta a la solicitada de intelectuales contra el proceso bolivariano de Venezuela, 1 Ju. 2017. Disponível em [www.resumenlatinoamericano.org/2017/06/01/la-red-de-intelectuales-redh-responde-a-una-declaracion-en-la-que-se-ataca-al-proceso-bolivariano-de-venezuela/](http://www.resumenlatinoamericano.org/2017/06/01/la-red-de-intelectuales-redh-responde-a-una-declaracion-en-la-que-se-ataca-al-proceso-bolivariano-de-venezuela/). Acesso em 02 Mar. 2019.
- RIECHMANN, Jorge, *El socialismo puede llegar sólo en bicicleta*. Madrid: Los libros de la catarata, 2012.
- SALAZAR, Lohman Huáscar. 'Se han adueñado del proceso de lucha': horizontes comunitario-populares en tensión y la reconstitución de la dominación en la Bolivia del MAS. Cochabamba: Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos, 2015.

- SCHAVELZON, Salvador. Teoría de la revolución en Álvaro García Linera: centralización estatal y elogio de la derrota. *Rebelión*, 23 Abr. 2018. Disponível em <http://rebellion.org/noticia.php?id=240668>. Acesso em 02 Mar 2019.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- SVAMPA, Maristella. Néo-développementisme extractiviste, gouvernements et mouvements sociaux en Amérique latine. *Problèmes d'Amérique latine*, vol. 81, n. 3, 2011.
- SUTHERLAND, Manuel. La ruine du Venezuela n'est due ni au 'socialisme' ni à la 'révolution'. *Barril.info*, 11 Mai 2018. Disponível em <https://www.barril.info/fr/actualites/venezuela-crise-socialisme-revolution-petrole-importations>. Acesso em 02 Mar. 2019.
- SZALKOWICZ, Gerardo; SOLANA Pablo (orgs.). *América Latina*. Huellas y retos del ciclo progresista. Caracas: Editorial El perro y la rana, 2018.
- ZIBECHI, Raul. *Brasil Potencia*. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. Lima: PDTG ed., 2013.